

AValiação da Área de Formação em Organização da Cultura no Minc (2003-2010): APenas Ações ou uma Política Estruturada?

Leonardo Costa¹
Ugo Mello²
Viviane Fontes³

Resumo: A partir de um breve histórico das políticas culturais no Brasil pretendemos realizar neste artigo uma análise das propostas e ações que foram executadas pela gestão ocorrida entre 2003 e 2010 do Ministério da Cultura, no âmbito da formação e capacitação de profissionais da área da organização cultural (ou seja, profissionais atuantes na política, gestão ou produção culturais).

Palavras-chave: políticas culturais, formação, organização da cultura.

Uma política pública é feita de presenças e ausências. Uma vez que o Estado não atua sobre determinada área, imagina-se que ela é secundária, não fazendo parte das prioridades das políticas implantadas. Partindo desse pressuposto, é possível perceber que apesar da formação de gestores e produtores culturais no Brasil ser atualmente um dos grandes desafios postos diante do poder público, em seus três níveis, ainda é, no entanto, uma ação continuamente preterida perante tantas demandas.

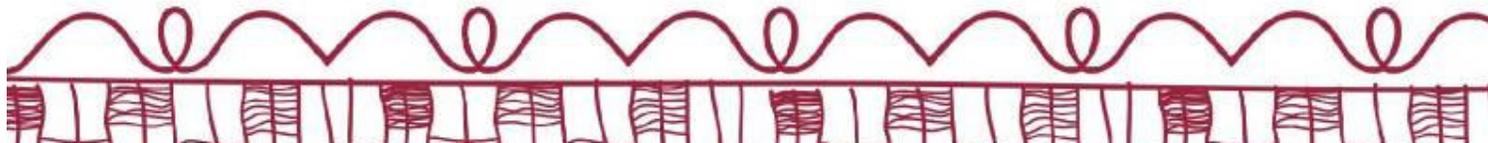
Desde a década de 80, com a criação das leis de incentivo à cultura no Brasil, houve um aumento na oferta de espetáculos culturais, festivais de música, produção cinematográfica, entre outras produções artístico-culturais. As leis de incentivo à cultura representaram uma crescente injeção de recursos – ainda que majoritariamente públicos – no mercado cultural, dando dinâmica ao setor, com o aumento do número de projetos, empresas e infra-estrutura.

Nesse contexto, passou-se a reconhecer a figura do produtor cultural, e o mercado passou a procurar cada vez mais por esse profissional. Mas esse aumento repentino da demanda não se fez acompanhar de um programa de formação e

¹ Doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.
leo.fcosta@gmail.com

² Aluno especial do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.
ugobm2@gmail.com

³ Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.
yvivfontes@gmail.com



capacitação. Os centros de formação – acadêmica e técnica, também postergaram a criação de cursos para formar esse profissional.

Dessa forma, até o início dos anos 2000, apesar de uma profunda alteração da cena cultural, com o redimensionamento do papel da cultura na sociedade e maior exigência de profissionalização dos atores da cadeia produtiva da cultura, não houve na mesma proporção investimentos que priorizassem a organização da mão-de-obra do setor cultural, seja em âmbito privado ou público.

Diante desse quadro, Rômulo Avelar (2008:49), gestor cultural e assessor de planejamento do Grupo Galpão, afirma que com o amadurecimento do mercado cultural nos últimos anos não há mais espaço para improvisos ou amadorismos que sempre imperaram no universo cultural brasileiro. O mercado está se tornando cada vez mais exigente quanto aos padrões de qualidade. A demanda por profissionais especializados também pode ser constatada no processo de discussão e nos documentos oficiais do Ministério da Cultura, tais como o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC), como veremos adiante.

Portanto, esse descompasso existente, entre a crescente demanda por profissionais capacitados e a ainda restrita oferta de gestores e produtores culturais preparados para os desafios desse novo contexto, precisa ser ajustado com a implantação de uma política pública estruturada e de formação continuada desses profissionais. A partir desse contexto pretendemos realizar neste artigo uma análise das propostas e ações que foram executadas pela gestão ocorrida entre 2003 e 2010 do Ministério da Cultura, no âmbito da formação e capacitação de profissionais da área da organização cultural (ou seja, profissionais atuantes na política, gestão ou produção culturais).

O papel das leis de incentivo na profissionalização da produção cultural

Desde a vigência da Lei Sarney se discute como uma mudança legislativa reflete em demandas de formação num campo profissional como o da produção (MUYLAERT, 2000). Passando da Lei Sarney para a Lei Rouanet, em 1995 temos uma novidade na legislação que é o reconhecimento legal da existência do trabalho de intermediação de projetos culturais, inclusive com o ganho financeiro. Oficializou, de certo modo, a produção cultural no Brasil como uma função da organização da cultura através da elaboração de projetos, captação de recursos, administração de eventos culturais, entre outras atividades correlatas. Em 1996, ao lado desse movimento, temos a criação dos

dois primeiros cursos de graduação em produção cultural no Brasil, um no Rio de Janeiro e outro na Bahia.

Devido a esse quadro de financiamento público, onde o poder decisório estava nas mãos do mercado – o tão conhecido momento neoliberal onde a “Cultura é um bom negócio” (MINC, 1995) – vemos no Brasil o predomínio da terminologia produtor cultural em relação às atividades da organização da cultura. Termos como política e gestão culturais figuravam num segundo plano, já que o estado buscava minimizar a sua participação e as suas responsabilidades na área cultural (bastando a ele a liberação de verbas através da renúncia fiscal). As únicas ações de formação em organização cultural que conseguimos localizar na gestão do ministro Francisco Weffort foram em 1996, através da realização de Fóruns Empresariais e cursos sobre financiamento cultural, além da distribuição de 15 mil exemplares da cartilha “Cultura é um bom negócio” (BARBALHO, 2007:49).

A partir de 2003, com a gestão Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC) no início do governo Lula, temos um momento importante de mudança em relação às políticas federais na área da cultura. A prática de balcão do financiamento da cultura, por exemplo, foi sendo mudada para uma política de editais (mesmo que em relação às leis de incentivo pouco tenha mudado). Buscava-se descentralizar os recursos na área da cultura, além de tornar mais público e transparente os processos de tomada de decisão. Mas a sociedade civil estava (e está) preparada para trabalhar com a inscrição de projetos culturais, prevendo planos de ação e orçamentos?

“Um dos desafios centrais para o fortalecimento da produção e da difusão de bens e serviços culturais no Brasil é a capacitação profissional e, nesse processo, a universidade é fundamental”⁴, afirmou o ministro Gilberto Gil em aula magna proferida na Universidade Federal Fluminense em 2006. Desde o início da sua gestão o ministro julgava necessária uma articulação entre MinC e Ministério da Educação para encaminhar a questão, mas até o momento pouca coisa se firmou nesta direção.

Segundo Juliana Lopes⁵, representante da recém criada Coordenação de Programas Culturais, Formação e Universidade⁶ da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC), existem duas portarias interministeriais que firmam ações de cooperação entre o MEC (Ministério da Educação) e o MinC. A primeira, de outubro de 2007,

⁴ <<http://www.cultura.gov.br/noticias/discursos/index.php?p=15457&more=1&c=1&pb=1>>. Acesso em 02/05/06.

⁵ Entrevista concedida em dezembro de 2009 através de correspondência eletrônica.

⁶ A Coordenação de Programas Culturais, Formação e Universidade (SPC/MinC) foi criada em julho de 2009.

estabelece as diretrizes gerais e tem como objetivo desenvolver critérios para o desenvolvimento de ações em comum e da consolidação de uma agenda bilateral no âmbito do Programa Mais Cultura. A segunda, mais específica, estabelecida no ano de 2008, trata sobre o apoio aos projetos de extensão universitária em cultura, o PROEXT CULTURA.

Atualmente, além do citado edital do PROEXT CULTURA (que até o ano de 2009 teve duas edições realizadas) o MinC e o MEC mantêm como projetos em conjunto o Edital Cultura e Pensamento, voltado para projetos de seminários, debates e revistas; e o edital de fomento à formação de redes de cooperação acadêmica em pesquisa, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A possibilidade de uma parceria específica voltada para o estímulo e apoio para a criação de cursos de graduação e pós-graduação na área da cultura em universidades públicas, é tida como um tópico levantado pela recém-criada coordenação, mas que, no entanto, ainda não tem planejado ações concretas para esta questão.

Documentos oficiais: como o tema foi pautado pelo MinC?

A CAPES colocou pela primeira vez como uma das demandas de expansão no “Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG): 2005-2010” a formação multidisciplinar na área de organização da cultura. Segundo o ex-secretário nacional de Políticas Culturais, Paulo Miguez⁷, essa inclusão só foi possível devido ao Ministério passar a ocupar de forma ativa a sua cadeira numa comissão da CAPES:

Nas Ciências Humanas deve-se, também, atender às demandas de diversos atores sociais. A título de exemplo, deve-se mencionar o estímulo à instalação de cursos na área da cultura em uma perspectiva multidisciplinar. Nesse sentido, merecem destaque temas relativos à organização da cultura no Brasil e no mundo, tais como: políticas, planejamento, gestão, produção, pesquisa, crítica, difusão, transmissão, divulgação, preservação, circulação e consumo da cultura⁸.

O principal documento que destaca esse tema é a própria Constituição Federal, que através de Emenda Constitucional n° 48 de 2005⁹ inclui, dentre outras coisas, a “formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas

⁷ Palestra proferida na disciplina COM 572 – Intelectuais e a Produção da Cultura, em setembro de 2009 na Universidade Federal da Bahia.

⁸ <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.doc>. Acesso em 10/10/09.

⁹ <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/ec048.htm>. Acesso em 25/10/09.

dimensões”. No artigo 215, o inciso III do terceiro parágrafo trata sobre a questão da formação na abordagem do PNC, visando o desenvolvimento cultural e a integração das ações do poder público no Brasil.

No balanço do Ministério da Cultura feito sobre o primeiro mandato do Governo Lula/Gil, que gerou o documento Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil (MINC, 2007a), a questão da formação dos profissionais da cultura não é abordada em nenhuma parte específica. É possível perceber que essa temática aparece, de forma superficial, quando estão sendo abordadas as discussões setoriais. Essa questão, que inicialmente não foi colocada, apresentou-se como um dos desafios do mandato seguinte: “promover a capacitação de empreendedores culturais e investir em novos processos e modelos de negócio da cultura que envolvam as cadeias criativas de produção e de distribuição de bens culturais” (MINC, 2007a:46-47). Nesse caso o foco foi apenas no aspecto mercadológico, já que somente é citada a capacitação de empreendedores culturais e não de produtores, gestores e demais profissionais da cultura, por exemplo.

O governo atual reitera a importância da formação na área da cultural em alguns dos seus documentos, como na recente “Declaração de São Paulo”¹⁰, fruto da Reunião Extraordinária de Ministros da Cultura da Ibero-América, dentro da programação do II Congresso de Cultura Ibero-Americana. Mas propostas como “estimular a formação de profissionais especializados no Setor Cultural, com o objetivo de fazer a ação cultural mais eficaz” precisam agora ultrapassar o plano das discussões e formulações para finalmente serem colocadas em prática através de políticas públicas.

Em outro documento do MinC, o relatório da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada em 2006, a implantação de programas de capacitação profissional para funcionários do setor público cultural é considerada um dos desafios para que o setor se posicione de forma contundente no conjunto das políticas públicas nacionais. Segundo o relatório, “a formação de pessoal voltado especificamente para as demandas da cultura é uma das maneiras eficazes de incluí-la na agenda das políticas locais” (IBGE, 2007).

A pesquisa aponta que no âmbito do setor público municipal, apenas 1/3 dos municípios brasileiros investem em curso de atualização profissional para formação do gestor responsável pelo órgão de cultura do município; 24,9% para os responsáveis por projetos ou programas culturais realizados pela prefeitura; e apenas 21% para o pessoal

¹⁰ <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/10/declaracao-de-s-paulo.pdf>>. Acesso em 06/10/09.

envolvido em atividades culturais específicas (CUNHA, 2009:138). Os dados revelados pela Munic apenas confirmam a carência de capacitação estruturadas e permanentes para os profissionais atuantes no setor público cultural, que necessitam de formação múltipla, articulando prática e teoria, para que possam planejar e gerir a política municipal de cultura.

1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura

A publicação que reúne todos os materiais do processo da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada entre 2005 e 2006, aborda a questão da formação em cultura de maneira bastante pulverizada. A Educação é colocada como uma das prioridades no Relatório Final da 1ª CNC. Destacamos a parte referente a temática da formação – tanto de toda a sociedade civil quanto a dos profissionais e agentes da cultura – como uma das mais transversais e estratégicas para o desenvolvimento cultural do país. Nesse quesito foi proposto um “programa nacional de formação cultural integrado ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e ao PNC” (MINC, 2007b:496), sem grandes explicações funcionais, estruturais e metodológicas.

A questão da formação e qualificação de pessoal também é tratada dentro de “Gestão e Financiamento” (MINC, 2007b:499) quando se aborda a importância da gestão dos recursos humanos, concursos públicos específicos, planos de carreira e programas de formação e qualificação como fundamental para a estruturação institucional da cultura nos âmbitos municipais, estaduais e federal – similar à abordagem do PNC.

Por fim, onde podemos encontrar de forma mais clara e específica a questão da formação dos profissionais de cultura dentro dos textos da publicação da 1ª CNC é no tópico intitulado “Conhecimento, Expressão e Difusão” (MINC, 2007b:503), que aponta Políticas de Formação e de Valorização da Cultura no Processo Educacional. Nesse espaço a formação em cultura é compreendida não apenas como a qualificação e profissionalização dos trabalhadores da cultura, mas também como a formação cultural da sociedade brasileira, através das comunidades e das escolas. Portanto, a oferta de conteúdos que promovam a formação cultural (num sentido amplo) nas propostas pedagógicas desde a educação infantil a formação universitária. Dentro dessa proposta

de reforma pedagógica educacional do Brasil é acrescida também a formação para os profissionais da cultura.

Plano Nacional de Cultura (PNC): diretrizes gerais

No documento das diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura (MINC, 2008), a questão da formação em cultura aparece de forma mais consistente: como um eixo dentro de uma das cinco estratégias gerais para o PNC.

A estratégia de número quatro que é “ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável” aborda como seu primeiro eixo a “Capacitação e assistência ao trabalhador da cultura”. São 18 tópicos com propostas estruturantes para essa questão, das quais podemos destacar três mais ligadas à questão da formação profissional para o trabalhador da cultura. São elas (MINC, 2008:88):

- Atuar em parceria com as instituições de ensino, sobretudo as universidades e escolas técnicas públicas, para o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação de gestores de instituições e equipamentos culturais.
- Criar programas nacionais, estaduais e municipais para a ampliação da oferta de oportunidades de capacitação para os artistas e produtores culturais, englobando, além das técnicas de expressão, a gestão empresarial e o uso das tecnologias de informação e comunicação.
- Estabelecer parcerias entre os órgãos de educação, cultura, Sistema S e ONGs para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços. Dar prioridade ao atendimento de grupos marginalizados, afro-brasileiros e jovens, e torná-los agentes de propagação de atividades artísticas e culturais.

Podemos perceber que, além do destaque dado a essa questão, – sendo esta tratada dentro de uma das estratégias gerais do Plano – as propostas são mais consistentes e demandam por ações que conformem em políticas mais estruturantes para a área. São abordadas, por exemplo, temáticas sobre a capacitação e profissionalização através de diversas possíveis articulações do Ministério da Cultura com outros entes do poder público e da sociedade civil organizada; a oferta de cursos livres e técnicos além dos de nível superior e de pós-graduação, em parceria com o Ministério da Educação e as universidades públicas do país; dentre outros.

O PNC traz também, assim como o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, a questão da formação dos trabalhadores da cultura quando são abordadas as

temáticas setoriais. Aqui mais uma vez é destacada a importância de se ter uma real e ampla política de oferta de cursos em diversos níveis, tanto para os artistas quanto para os trabalhadores da cultura. Nas questões de Gestão Pública e Participativa (MINC, 2008:54-55) novamente são lembradas a importância da qualificação, nesse caso dos recursos humanos que atuam nos órgãos da cultura nos diversos âmbitos dos poderes públicos.

Ações em relação ao tema no MinC

Ao longo das gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC (2003-2010) podemos elencar algumas ações que foram desenvolvidas na área de formação em organização da cultura, como podemos ver no quadro abaixo:

CURSO	SETOR
Capacitação de Empreendedores e Agentes Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura
Curso de Capacitação de Gestores Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura
Curso de Formação e Realização Audiovisual - Revelando os Brasis Ano III	SAv - Secretaria do Audiovisual
Curso piloto para formação de gestores culturais	SAI - Secretaria de Articulação Institucional
Curso: Produção Cultural	Programa Monumenta
O Empreendedor no Mercado Audiovisual Globalizado	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficina de Capacitação do Edital Microprojetos Mais Cultura	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
Oficina de Desenho Criativo de Produção DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficina do Prêmio Cultura Viva	SCC - Secretaria da Cidadania Cultural
Oficina para Desenvolvimento de Projetos DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficina para Formatação de Projetos DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficina Temática: Democratização do acesso à produção e à fruição culturais	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária
Oficina Temática: Gestão de equipamentos culturais	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária
Oficina: Incubação de grupos de cultura	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária
Oficinas de capacitação para o Prêmio Culturas Populares 2009 - Mestra Dona Izabel	SID - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
Oficinas de gestão cultural (Feira Música Brasil 2009)	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
Oficinas de Negócios da Música	SPC - Secretaria de Políticas Culturais
Oficinas de produção musical (Feira Música Brasil 2009)	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
Oficinas para Desenvolvimento de Projetos AnimaTV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficinas para Formatação de Projetos AnimaTV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficinas sobre Diversidade Cultural	SPC - Secretaria de Políticas Culturais
Programa de Capacitação em Projetos Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura
Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos	SBM - Sistema Brasileiro de Museus

Fonte: <<http://www.organizacaoacultural.ufba.br/>>. Acesso em: 14/12/09.

No geral, os cursos propostos são de curta duração, considerados de extensão, e a maioria deles tem uma relação direta com algum edital proposto pelo Ministério. Neles se busca ampliar a demanda de projetos, para permitir que um maior número de proponentes consiga acessar essa possibilidade de financiamento. Há também algumas experiências, como as realizadas pela Secretaria do Audiovisual (SAv), que trabalham na qualificação dos proponentes que tiveram seus projetos previamente selecionados em editais, para buscar garantir uma maior qualidade nos projetos executados através destes dispositivos.

Outra ação que pode ser lembrada, e que não está presente no quadro, é o Programa Cultura Viva, que através do projeto Pontos de Cultura convenia instituições com atuação na área cultural para articular e impulsionar as ações que já existem nas suas comunidades. Uma das áreas de atuação dos Pontos pode ser através da gestão e formação cultural, como é o caso da Rede Sergipe de Cultura¹¹.

Nesse quadro de ações, podemos destacar – pelo seu caráter sistemático e continuado – o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, realizado pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM). O Programa faz parte de um dos eixos programáticos da Política Nacional de Museus, denominado Formação e Capacitação de Recursos Humanos. O objetivo do Programa é, dentre outros, desenvolver cursos técnicos, extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus.

Atendendo a essa finalidade, até setembro de 2006, foram realizadas 176 oficinas e 33 fóruns/seminários, contando com a participação de 10.748 profissionais que trabalham em museus. Os temas das oficinas são os mais diversos, como ação educativa em museus; elaboração de projetos e fomento para a área museológica; expografia; segurança em museus; museus e internet, entre outros¹².

Esse quadro de ações desenvolvidas na área de formação em organização da cultura, com iniciativas pulverizadas sem uma perspectiva estratégica integradora, reflete o pensamento do atual Ministro da Cultura, Juca Ferreira, “de que precisamos melhorar a qualidade da gestão cultural do Brasil, tanto a gestão cultural privada quanto a gestão cultural pública”¹³. Além disso, a criação da já citada Coordenação de Programas Culturais, Formação e Universidade demonstra que os planejamentos e ações

¹¹ <<http://www.redesergipedecultura.com.br>>. Acesso em 14/12/09.

¹² <http://www.museus.gov.br/programanacional_apresentacao.htm>. Acesso em 15/10/09

¹³ <<http://www5.fgv.br/fgvonline/minc/index.asp?idc=00>>. Acesso em 14/12/09.

para a questão da formação têm alcançado um melhor posicionamento dentre as prioridades do MinC nessa gestão. Segundo Juliana Lopes, gradativamente todas as ações de formação desenvolvidas e geridas pelas diferentes secretarias do ministério deverão ser reunidas sob a responsabilidade dessa nova coordenadoria, que tem como objetivos gerais coordenar, apoiar e formular políticas públicas.

A importância da formação de gestores através do SNC

Até hoje o MinC ainda não implementou ações a longo prazo em relação à formação de pessoal em gestão cultural. Apenas a partir da “Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura”, vemos um documento onde a formação nessa área é apresentada como uma das bases para a implementação de uma política cultural para todo o país:

A formação de pessoal em política e gestão culturais é estratégica para a implementação e gestão do Sistema Nacional de Cultura, pois se trata de uma área que se resente de profissionais com conhecimento e capacitação no campo da gestão de políticas públicas. O Programa Nacional de Formação na Área da Cultura visa exatamente estimular e fomentar a qualificação nas áreas consideradas vitais para o funcionamento do Sistema, capacitando gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, que são os responsáveis por sua implementação (MINC, 2009:24).

Pela primeira vez vemos a questão intitulada como uma “Política Nacional de Formação na Área da Cultura”. Será que a partir desse momento as ações isoladas vão se conformar num programa realmente orientado por uma política? Ou será que essa triste tradição da ausência em formação irá ser perpetuada?

A ausência de uma política de formação de pessoal qualificado para atuar na organização a cultura, em níveis federal, estadual e municipal, continua sem solução e consiste em um dos principais obstáculos para a institucionalização do Ministério e uma gestão mais qualificada e profissionalizada das instituições culturais no país. Nesta área a atuação do Ministério foi praticamente nula (RUBIM, 2007:32).

Tal carência, detectada em pesquisas sobre as políticas culturais brasileiras (RUBIM, 2007; COSTA, 2008), é apontada no documento propositivo do Sistema Nacional de Cultura. Além de ressaltar a importância contemporânea que a cultura tem, tanto pelo aspecto da centralidade quanto por sua transversalidade, é salientado ainda a demanda por formação trazida a partir das Conferências de Cultura, sejam elas municipais, estaduais e nacional (MINC, 2009:39). Essa formação – pensada através da capacitação e atualização de gestores culturais de instituições públicas, privadas e do terceiro setor – tem como principal justificativa a qualificação da formulação de políticas e da gestão de programas, projetos e serviços culturais (MINC, 2006:79).

(...) o Ministério da Cultura propõe uma política de formação na área cultural que estimule o desenvolvimento de processos formativos mediante estratégias flexíveis e de excelência teórico-metodológica, formuladas a partir das necessidades e demandas específicas e em diálogo com as instâncias organizadoras locais (MINC, 2009:39-40).

Atualmente está em andamento a execução do projeto piloto de um curso de formação de gestores culturais no estado da Bahia, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional (SAI/MinC), pensado a partir do Sistema Nacional de Cultura. O curso piloto, que acontece de 23 de outubro de 2009 a 10 de abril de 2010, é realizado de forma presencial (quinzenalmente) e através de uma plataforma de ensino a distância. Ao todo, serão 318 horas/aula¹⁴, divididas entre 180 horas de educação à distância e 138 horas de ensino presencial. Nessa primeira experiência estão sendo atendidos 52 profissionais: representantes territoriais de cultura e outros funcionários da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT/BA), dirigentes municipais e representantes das universidades públicas¹⁵. Segundo informações da assessoria do MinC¹⁶ e da Coordenação de Programas Culturais, Universidade e Formação, essa iniciativa é considerada a principal ação do Ministério e também será aplicada no Acre no primeiro semestre de 2010. A partir dessas duas experiências o curso deverá ser reformatado para ser implementado nacionalmente, por meio da rede nacional de instituições de ensino.

Como parte integrante dessa “Política Nacional de Formação na Área da Cultura” há ainda o mapeamento das instituições formadoras em organização da cultura no Brasil. O coordenador Geral de Relações Federativas e Sociedade da SAI/MinC e encarregado pelo Sistema Nacional de Cultura, João Roberto Peixe, pontua que “com o mapeamento será possível conhecer aprofundadamente a realidade da formação no país; detectar as principais instituições envolvidas na formação (...); visualizar as áreas temáticas e os territórios que devem ser priorizadas”¹⁷. A amplitude pretendida das ações de formação traz a necessidade de se estabelecer uma rede de parcerias entre diversas instituições promotoras, cuja oferta não está organizada. Redes nessa área existem, por exemplo, nos Estados Unidos desde a década de 1970 (REISS, 1979:59), e,

¹⁴ <http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2009/10/QUADRO_MATRIZ_COM_EMENAS.pdf>. Acesso em 25/10/09.

¹⁵ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

¹⁶ <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/10/21/curso-piloto-de-formacao-de-gestores-culturais-comeca-na-bahia/>>. Acesso em 21/10/09.

¹⁷ <<http://blogs.cultura.gov.br/snc/tag/curso-piloto-para-formacao-de-gestores-culturais/>>. Acesso em 28/07/09.

além de se organizar uma oferta mais clara sobre a formação, a rede pode servir como um meio para a troca de experiências e para o fortalecimento do campo.

Conclusões

Cabe-nos aqui, diante do quadro exposto, uma questão: qual o papel do Estado no processo de formação de recursos humanos? A importância de se qualificar os profissionais envolvidos em todas as cadeias produtivas da cultura – desde o artista e artesão, ao produtor, gestor, etc. –, portanto, é um fator fundamental quando se pensa na cultura como um fator estratégico. Longe de propor soluções, apresentamos aqui algumas conclusões que poderão ser úteis para a implantação de políticas futuras.

Apontamos inicialmente a importância da compreensão do posicionamento do Estado no âmbito do processo de formação de recursos humanos para a cultura. Acreditamos que seja de incumbência do Estado a capacitação dos recursos humanos atuantes no poder público, seja em qualquer dos três níveis – municipal, estadual ou federal. A deficiência de formação dos funcionários públicos municipais já foi atestada por meio da Munic e torna-se premente uma proposta para reverter esse quadro. Em relação a formação dos profissionais atuantes em empresas privadas e do terceiro setor, ao MinC caberia o estímulo e a orientação para constituição de novos cursos de cunho profissional, técnico e artístico, em parceria com escolas técnicas, centros universitários e outras entidades educacionais (ou através da Câmara Interministerial do MinC/MEC).

Além do posicionamento do Estado, é importante pensar o como, ou seja, a forma de realização de um amplo processo de capacitação de recursos humanos do poder público em todo território nacional. O primeiro passo já foi dado, que é a realização de diagnósticos já tendo sido iniciado com a Munic, fruto da parceria entre o MinC e o IBGE. A pesquisa revelou a situação precária dos funcionários públicos municipais em relação à sua formação.

A partir do diagnóstico realizado é possível instituir um processo de capacitação de recursos humanos para a cultura em âmbito nacional, com capilaridade, atento as necessidades específicas de cada município. Essa proposta necessita de efetivação de parcerias com os governos locais, universidades e demais instituições públicas e privadas para otimizar recursos e enfrentar o desafio de construir uma gestão competente para a área da cultura. Outros diagnósticos que adicionem informações sobre a temática serão bem-vindos, e podem ser pensados a partir do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Ressaltamos que para que esse processo se torne a principal e mais abrangente ação do governo federal em capacitação de recursos humanos para a cultura, é preciso considerar a formação de multiplicadores, a construção de metodologias e materiais didáticos adaptáveis para cada uma das singularidades locais, a avaliação e o monitoramento constante e independente, além de conteúdos que articulem teoria e prática atendendo as necessidades de formação múltipla do gestor da cultura.

Assim, apresentamos aqui apenas algumas conclusões a serem levadas em conta para os desafios impostos ao poder público em relação a criação de uma política para a formação de recursos humanos para a cultura. Apesar das iniciativas realizadas neste governo, concentradas principalmente nos últimos dois anos, ainda há uma longa trajetória a percorrer no sentido de sanar as deficiências existentes para que as ações esparsas se tornem uma política estruturada, com gestores capazes de atender aos inúmeros desafios que se impõem à gestão da cultura na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Rômulo. *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural*. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008
- COSTA, Leonardo Figueiredo. Uma reflexão sobre as políticas públicas e a questão da formação na área cultural. In: *IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)*. Salvador, 2008.
- CUNHA, Maria Helena. Recursos humanos da cultura: perfil, nível e área de formação nos municípios brasileiros In: CALABRE, Lia. (org.). *Políticas culturais: reflexões e ações* São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- IBGE. *Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. *Cultura é um bom negócio*. Brasília: MinC, 1995.
- _____. Secretaria de Articulação Institucional – SAI. *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: MinC, 2006.
- _____. *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. Brasília: MinC, 2007a.
- _____. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura*. MinC: Brasília, 2007b.
- _____. *Diretrizes gerais para o Plano Nacional da Cultura*. Brasília: MinC, 2008.

- _____. Secretaria de Articulação Institucional – SAI. *Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*: versão aprovada pelo Conselho Nacional de Política Cultural (26/08/2009). Brasília: MinC, 2009.
- MUYLAERT, Roberto. *Marketing Cultural & Comunicação Dirigida*. São Paulo: Globo, 2000.
- REISS, Alvin H. *The Arts Management Reader*. New York: Marcel Dekker, 1979.
- RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.